

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: PERSPECTIVAS DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DA MESORREGIÃO CENTRO-OCCIDENTAL PARANAENSE, BRASIL

Professional guidance: perspectives of Public High School teachers in the midwestern mesoregion of Paraná, Brazil

Marcos Clair Bovo*
Fabiane Freire França*
Diego de Melo Oliveira*
Érica Fernanda Kalinovski Gomes*

*Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR / Campo Mourão, Paraná

mcbovo69@gmail.com
prof.fabianefreire@gmail.com
diegomelo1906@gmail.com
ericafzk@gmail.com

RESUMO

Este artigo faz parte do projeto intitulado “Unespar/Fecilcam em diálogo com a educação básica: jovens ao encontro de caminhos profissionais”, do Programa Universidade Sem Fronteiras, cujo propósito foi investigar e discutir a orientação profissional no âmbito educacional e, a partir deste, incentivar os alunos, em fase de conclusão da Educação Básica, a cursar o Ensino Superior. A esse respeito, procurou-se, na presente pesquisa, em compreender qual a concepção dos professores-diretores de colégios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, por intermédio da prática desenvolvida a partir de pesquisa qualitativa e da metodologia da pesquisa-ação. Inicialmente, foram realizados encontros com os alunos a fim de proporcionar-lhes o entendimento do propósito da Orientação Profissional, que visa nortear sua escolha, bem como as diferentes e diversas áreas do conhecimento. Em seguida, houve a aplicação de questionários e, por fim, a utilização de fontes orais, por meio de entrevistas com os professores-diretores dos colégios. Diante disso, averiguou-se de maneira intencional, as concepções dos docentes acerca do processo de orientação profissional, de modo a visualizar se realizam ações nesse sentido. Dentre os resultados obtidos, destacaram-se que os professores, bem como os alunos sentem a necessidade de práticas voltadas ao aconselhamento profissional, no entanto não as realizam em grande parte, pela falta de profissionais especializados na área, ou por terem que atender a outras exigências do ambiente educacional.

Palavras-chave: Aluno. Ensino Médio. Pesquisa-ação. Professor.

ABSTRACT

This article is a part of the project “Unespar/Fecilcam em diálogo com a educação básica: jovens ao encontro de caminhos profissionais” (Unespar/Fecilcam in dialogue with basic education: the young meeting professional paths), from the program Universidade Sem Fronteiras (University Without Boundaries), whose purpose was to investigate and discuss Professional Guidance in the educational context and, from this, to encourage students finishing Basic Education to attend University. Regarding such subject, in this work, we aimed at understanding the conception of teachers and directors from schools with a low Human Development Index (HDI) in Paraná’s Midwestern Mesoregion, through a practice developed from qualitative research and the methodology of action research. Initially, we held meetings with the students to provide a clarification on the purpose of Professional Guidance, which aims at leading their choice and presenting the different areas of knowledge. Next, we applied questionnaires and, finally, used oral sources, obtained through interviews with the schools’ teachers and directors. With such data, we aimed at investigating the teachers’ conceptions regarding the process of Professional Guidance, to find out if they perform actions in this sense. Among the obtained results, we highlight that most of the teachers and students feel the necessity of practices of Professional Guidance. However, such practices are rarely performed, due to the lack of qualified professionals, or because they have to attend other requirements from the educational environment.

Keywords: Student. High School. Action Research. Teacher.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo expõe os resultados de uma pesquisa, que foi desenvolvida a partir de um projeto referente ao Programa Universidade Sem Fronteiras. O enfoque dado partiu da necessidade de se compreender, sobretudo, quais são as perspectivas preponderantes de professores e alunos dos colégios pesquisados no que diz respeito ao processo de Orientação Profissional (doravante OP) na escola.

Para muitos jovens, a escolha da profissão no século XXI é um momento de importância significativa, porém é repleto de dificuldades, conflitos e angústias, devido a inúmeras mudanças que ocorrem, sejam elas biológicas, físicas, psíquicas ou sociais, tornando ainda mais complexa a escolha do trabalho. Isso se deve, parcialmente, ao processo de globalização, que está cada vez mais acelerado e exige maior velocidade também na produção, nas respostas e, conseqüentemente, nas atualizações de profissões e profissionais. Conforme afirma Santos (2006):

De fato, para a grande parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta [...] o salário médio tende a baixar. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível [...]. Todavia, podemos pensar na construção de um mundo, mediante uma globalização mais humana (SANTOS, 2006, p.19).

É nesse contexto que a OP oferece respaldo, propiciando ao adolescente, em meio a tantas transformações que sofre e às modificações do próprio mundo do trabalho, condição para a experiência de autorreflexão e aprendizado. Pouquíssimos são os jovens que sabem exatamente qual o caminho a seguir. Quase sempre se sentem perdidos em relação a que faculdade cursar e qual profissão escolher.

Ocorre que o jovem entende que precisa consolidar uma identidade profissional logo na adolescência (RIBEIRO, 2011); em vista disso, alguns jovens seguem as vontades paternas, indicações de amigos, dentre outros, sem se dar conta daquilo que farão futuramente. Em grande parte, essa escolha pode até dar certo, mas a probabilidade de um eventual “fracasso” é muito alta, o que acaba por contribuir com o abandono da profissão escolhida ou resultando na desistência do curso superior.

Dessa maneira, o embasamento deste estudo foi pesquisa qualitativa, não abrindo mão de dados quantitativos, obtidos por intermédio da metodologia da pesquisa-ação, com o intuito de estimular o conhecimento e a reflexão, como também investigar dificuldades e expectativas sobre a OP no meio escolar.

Portanto, o objetivo desta pesquisa é abordar as expectativas dos docentes acerca da OP como prática possível e necessária no ambiente educacional. Ademais, temos a intenção de analisar as possibilidades de OP exercidas pelos professores aos seus alunos, bem como discutir alguns meios de apoio aos professores na realização dessa ação no espaço escolar.

Para melhor entendimento do tema proposto, o presente artigo está dividido em quatro partes. Inicialmente, realizamos uma contextualização histórica sobre a OP, a partir de reflexões que foram acrescentadas a algumas ideias e conceitos relacionados à escola, ao professor e ao aluno. Na sequência, foram demonstrados os procedimentos metodológicos adotados para a execução de nossa prática, com destaque à pesquisa-ação como proposta metodológica para o desenvolvimento do trabalho. Posteriormente, foram expostas as análises dos resultados e, com elas, foi possível evidenciar a pesquisa com professores e alunos. Por fim, foram apresentadas as considerações finais, de modo a enfatizar a situação da OP junto ao âmbito escolar, bem como as análises das perspectivas docentes e discentes e, ainda, caminhos para a efetivação das práticas de OP na escola de maneira significativa aos estudantes.

2. REFLEXÃO SOBRE A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: A ESCOLA, O PROFESSOR E O ALUNO

O percurso histórico da OP perpassa por diversos momentos e períodos, de forma que, desde o seu princípio, as intenções voltadas a essa prática eram evidentes. Amparados em Sparta (2003), Spaccaquerche (2009) e Ribeiro (2011), Bovo *et al.* (2017) assinalam que a OP teve início no século XX, e, conforme observa Sparta (2003), as primeiras práticas tiveram origem na Europa e nos Estados Unidos, sendo mais conhecidas como Orientação Vocacional (OV), cuja intenção era atender às exigências da sociedade capitalista, materializada no período que marca o desenvolvimento industrial. Diante desse contexto, seria necessário adequar o trabalhador às requisições das fábricas, bem como “detectar, na indústria florescente, trabalhadores inaptos para a realização de determinadas tarefas e, assim, evitar acidentes de trabalho” (SPARTA, 2003, p. 2). Portanto, a OV tinha o intuito de avaliar as aptidões dos sujeitos, a fim de descobrir o trabalho que mais se coadunava ao perfil de cada um, como se as pessoas nascessem com uma vocação ou um dom para exercerem melhor determinada atividade em detrimento de outra.

Em 1924, a Psicologia Aplicada – que, então, estava em franco desenvolvimento no Brasil –, exerceu grande influência para a origem da OP no país. Essa área tinha como finalidade orientar alunos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (SPARTA, 2003).

Segundo Sparta (2003) e Sparta, Bardagi e Teixeira (2006), nas décadas de 1930 e 1940 do século XX, a OP passou a fazer parte da educação. Desde sua gênese, a OP, no Brasil, pautou-se na Teoria do Traço e Fator, em que “o processo de Orientação Profissional é diretivo e o papel do orientador profissional é o de fazer diagnósticos, prognósticos e indicações das ocupações certas para cada indivíduo, o que foi feito, desde o início, com base na Psicologia Aplicada” (SPARTA, 2003, p. 3).

No decorrer do tempo, no entanto, os objetivos relativos à OP em nosso país modificaram-se. Atualmente, os desafios enfrentados para a implantação efetiva de práticas de OP no ambiente educacional são vários, dentre eles, a “existência de poucos estudos sobre o tema [...] [o que leva à] necessidade de mais estudos relativos à prática no aconselhamento profissional” (MELO-SILVA *et al.*, 2003, p. 22-23) entre jovens e adolescentes.

Além disso, embora haja muitas iniciativas por parte das instituições, há ainda uma grande dificuldade relacionada à falta de formação específica na área da OP (SPARTA, 2003). Da mesma forma, Lima (2007) considera que, apesar de existirem diferentes profissionais aptos a atuarem na área, tais como psicólogos, pedagogos, sociólogos etc., nem todos estão suficientemente preparados para exercer tal atividade. Devido a isso, tem-se a “necessidade de formação profissional objetivando melhor capacitação dos orientadores” (MELO-SILVA *et al.*, 2003, p. 32).

Diante desse contexto, há o reconhecimento de que a escola é um bem público que promove a educação e tem o dever de atender à cidadania com sua prática, como também tem a incumbência de qualificar o aluno para o mundo do trabalho. Nesse sentido, Saviani (1997) pondera que a escola é o melhor meio de superar a desigualdade imposta à nossa sociedade, de modo que os alunos de hoje e trabalhadores de amanhã não fiquem sob o domínio da classe dominante.

Do ponto de vista prático trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento de ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se e no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes (SAVIANI, 1997, p. 42).

Dessa forma, fica evidente que um dos papéis da escola é fornecer possibilidades de emancipação social ao indivíduo. Essas possibilidades devem contribuir para o desenvolvimento do

ser humano, oferecendo formação política, social, profissional e cultural, porém não é bem isso que ocorre. Soares (2002) afirma que a escola, na maioria das vezes, não incentiva o jovem em sua autorreflexão e em seu autoconhecimento, como deveria. Para a autora, a escola precisa preparar o aluno para a vida e para o trabalho. Nem sempre a juventude pode contar com o apoio da escola que, por vezes, mesmo que de forma não intencional, trabalha para sustentar a demanda do capital. Nessa perspectiva, Orso (2008, p. 52) afirma haver uma “educação voltada para estimular o individualismo, para fomentar a competição, para enaltecer a concorrência, para premiar pela produtividade e punir pelos resultados não desejados [...] uma educação para a subserviência”.

Portanto, a escola não deve visar unicamente à formação para o mercado de trabalho, mas precisa preocupar-se, também, com outros elementos fundamentais para o desenvolvimento integral do sujeito (LIMA, 2007).

O professor é uma das “figuras” mais importantes quando se refere a essa área de atuação no âmbito escolar. Assim, é preciso que ele tenha cautela ao abordar seus conteúdos, ainda que eles não estejam ligados diretamente com práticas de aconselhamento profissional, uma vez que, conforme Lima (2007, p. 66), a profissão ou disciplina exercida pelo profissional da educação representa-o, pois “O professor de História ‘é’ a História, o professor de Biologia ‘é’ a Biologia, etc.”.

A partir da falta de profissionais especializados na área de OP, geralmente, fica a cargo do professor o papel de realizar essas ações e ajudar o aluno no processo de escolha profissional. Desse modo, entende-se que:

Ajudar é possibilitar o fazer com; é dialogar, portanto. Se o ajudante for o professor, a ajuda é planejada e sistemática, pois o seu impacto no aluno é esperado como realização [...]. Logo é preciso conhecer o que há para definir o que poderá ser. Nesse jogo assimétrico, o professor e aluno ferem-se, atingem-se mutuamente (TUNES; TACCA; BARTHOLO JUNIOR, 2005, p. 694).

Mesmo que a intenção consciente em orientar para uma escolha profissional não seja frequente, é notório que o professor exerce uma grande influência nesta escolha. Como afirmam Carita e Diniz (1995):

A maioria dos professores considera que desenvolve com os seus alunos atividades potencialmente facilitadoras do seu desenvolvimento vocacional [...]. Dentre estas atividades destacam-se: conversas com alunos e pais sobre as alternativas escolares e profissionais; visitas de estudo; procura e tratamento ativos de informação relevante sobre a economia e as profissões; debates a partir de textos e situações concretas sobre a sociedade, os indivíduos, os valores, os gostos e as aspirações; palestras com profissionais vindos à escola; trabalhos práticos com relevo no cotidiano; diagnóstico de níveis de satisfação vocacional; identificação de profissões viabilizadoras de um dado projeto (CARITA; DINIZ, 1995, p. 35).

Portanto, cabe ao profissional apto a atuar na OP ter preparo adequado, especialmente no que diz respeito à questão ética, tendo em vista as aceleradas mudanças pelas quais a sociedade e, como consequência, as profissões passam. Com isso, geralmente, as diferentes áreas acabam sendo descaracterizadas, mesmo que de forma indireta:

A abordagem ao tema da ética e do compromisso social do orientador é, não apenas oportuna como também necessária num momento em que passamos por tantas mudanças no contexto social/profissional e que tão profundas repercussões vêm acarretando nas relações humanas, especialmente naquelas relativas ao trabalho (LIMA, 2007, p. 20).

Diante de trabalhos que respaldem esse momento tão decisivo da vida dos adolescentes, “a grande maioria das pessoas ainda faz sua escolha profissional sem passar pelo processo de orientação profissional [...]” (LIMA, 2007, p. 43), o que contribui para que, futuramente, sintam-se despreparados e inseguros em relação à sua participação na vida social profissional, política e econômica.

É evidente que a instituição educacional e os professores, em sua maioria, são sobrecarregados de responsabilidades, de modo que, além de ensinar, trabalhar os conteúdos que estão previstos nos currículos escolares, ainda têm o encargo de estimular habilidades e valores que façam o aluno crescer como pessoa e como cidadão. Lyra *et al.* (2009) explicam que, no panorama brasileiro, grande parte dos professores tem jornada de trabalho exaustiva, lecionando em mais de uma escola, sem intervalos para descanso e sendo responsável por turmas com muitos estudantes. Esses fatores levam ao sofrimento psíquico, influenciando diretamente na saúde e, por consequência, em seu desempenho laboral.

Desse modo, existem diversos entraves enfrentados pelo professor no momento de oferecer para os alunos OP e preparação para o trabalho, já que ele tem outras múltiplas funções, consideradas, por muitos, como primordiais. Os alunos sentem a necessidade de receber OP, os professores e demais agentes do âmbito educacional reconhecem que precisam fazer essa abordagem, porém ficam limitados à orientação não permanente. Algumas ações são desenvolvidas nesse sentido, como feiras de profissões e testes vocacionais. Mas, na maioria das vezes, são realizadas por instituições que não têm a preocupação de preparar o jovem para o mundo do trabalho, sendo que a principal meta se limita a vender um curso que garante um diploma, porém não permite a apropriação de conhecimentos científicos e necessários para a realização de atividades posteriores.

Seria uma ilusão imaginar que todos os diplomas têm a mesma utilidade, mas é escandaloso observar que certos diplomas não têm quase nenhuma utilidade, especialmente os que provêm de cursos de formação geral mais fraca, que não oferecem nem uma profissão, nem um nível de qualificação capaz de fazer diferença no mercado de trabalho. Com muita frequência, esses cursos “vendem” algum tipo de ilusão e certos trabalhos sociológicos já mostraram que estudantes que os frequentam descobrem tardiamente e com muita amargura que caíram numa “cilada” (DUBET, 2004, p. 548).

Diante do exposto, considerou-se que a escola, por meio da OP, é um dos principais meios que podem auxiliar o aluno no sentido de não caírem nessas “ciladas”. Tendo esse subsídio, provavelmente o aluno estará melhor preparado para questões que envolvem o mundo do trabalho e os diversos campos do conhecimento. Contudo, “com tantas demandas educacionais a Orientação Profissional tornou-se uma área, que embora seja reconhecida sua importância, não é tida como premente e, no momento de corte de despesas este profissional é o primeiro a ser dispensado” (MELO-SILVA *et al.*, 2003, p. 26).

Apesar de as ações voltadas à OP não terem grande espaço no interior da maioria das escolas, decorrentes mesmo da organização educacional, os próprios professores interferem na visão do aluno acerca da disciplina que ministram. Como observa Lima (2007):

Na sua forma de conduzir o conteúdo de sua disciplina, o professor mostra ao aluno, explícita ou implicitamente, como ele se relaciona com ela, o que essa escolha representa para ele. Há aqueles que vibram e, mais do que com as palavras, falam com os olhos, mãos, todo o corpo; como se intrigam (e entregam) ao que fazem. E, infelizmente, há o oposto: os que parecem morrer um pouco a cada dia ao atuarem profissionalmente, os que difundem tristeza, decepção e desagrado profundo em suas atitudes e ações (LIMA, 2007, p.67).

Sem dúvidas, essas ações influenciam os alunos, ainda que não se trate especificamente de uma prática de OP, mas a atuação docente, de maneira geral, pode interferir tanto positiva quanto negativamente na concepção e expectativas dos educandos em relação à determinada área do conhecimento.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, adotou-se a metodologia da pesquisa-ação, proposta por Costa (2002) e Thiollent (1985). Essa metodologia é caracterizada pela participação do pesquisador intervindo, direta e indiretamente, durante o processo de coleta de dados, visando ao desenvolvimento da aprendizagem do sujeito da pesquisa. Dessa forma, buscou-se uma estreita convivência entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, ou seja, alunos do terceiro ano do Ensino Médio e professores das 8 escolas selecionadas. Neste trabalho, utilizou-se a pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas orais, envolvendo 8 professores e 52 alunos do terceiro ano do Ensino Médio, sendo essas entrevistas constituídas de 5 questões referentes à OP. Na fase inicial, também foi aplicado um questionário socioeconômico, composto por 33 questões, a 520 alunos dessa etapa da Educação Básica, dos períodos matutino, vespertino e noturno. Esse questionário teve por objetivo fazer uma sondagem inicial a respeito da OP.

No decorrer da pesquisa, realizamos 7 encontros com 21 turmas das 8 escolas. Nesses encontros, foram debatidas as dificuldades e as influências que os jovens enfrentam com relação à escolha do mercado de trabalho. A partir dessas reflexões, os alunos das escolas, juntamente com os professores pesquisadores, tiveram a oportunidade de conhecer a realidade do espaço universitário, nesse caso, a Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão.

Ao término da explicação dos conteúdos, foi aplicado o questionário de avaliação, cuja intenção foi verificar as pretensões dos educandos quanto ao processo de escolha profissional, assim como seus pontos de vista sobre a OP.

Mediante a abordagem da concepção de professores e alunos no que se refere à OP, optou-se por selecionar alguns dados e entrevistas para o desenvolvimento deste artigo. Assim, de um total de 60 entrevistas orais, foram utilizadas 15, sendo que 6 foram de professores e 9 de alunos. Vale ressaltar que, com relação aos questionários, tanto socioeconômico quanto de avaliação, os dados foram tabulados e, em seguida, transformados em gráficos, por turma, de cada escola.

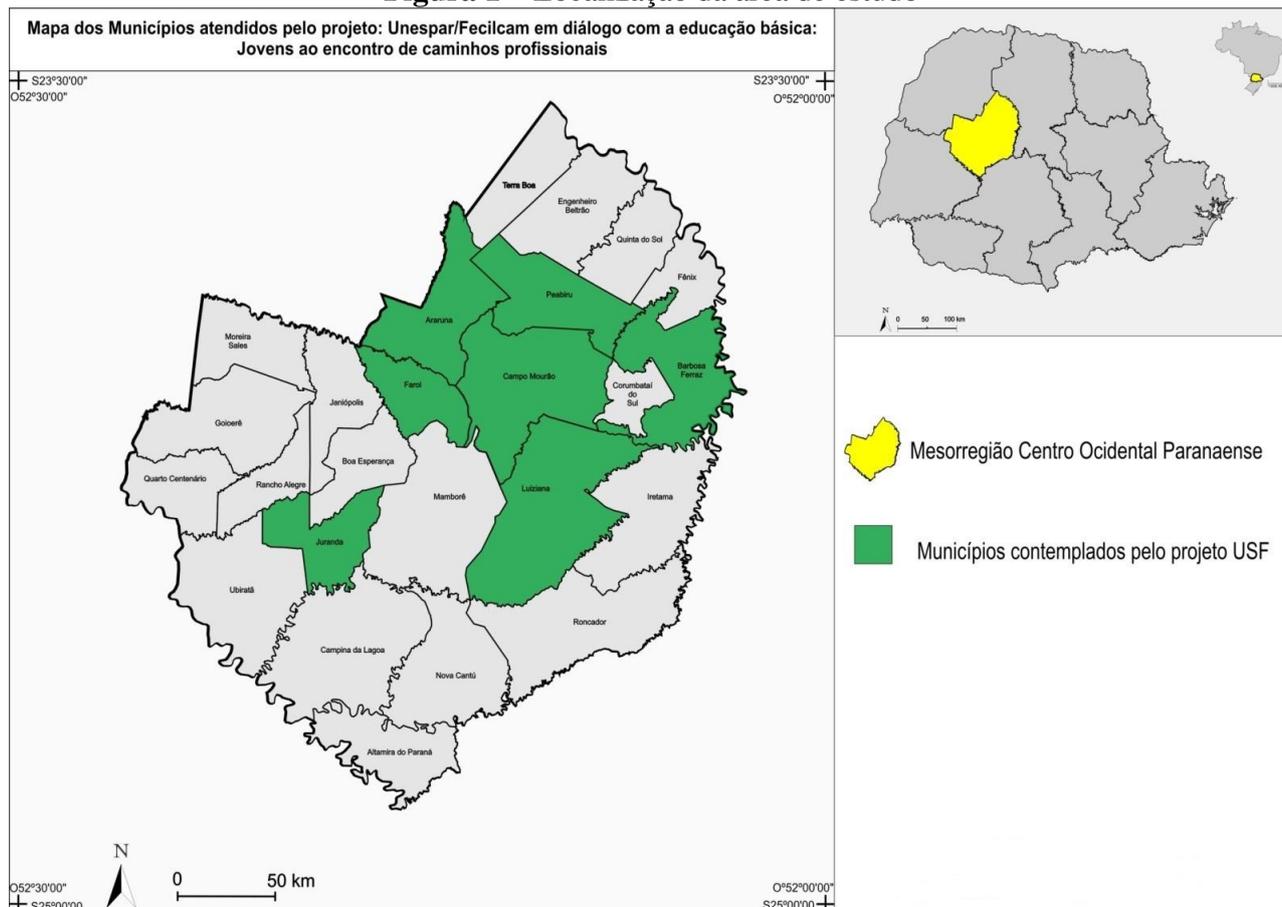
Como forma de preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizadas algumas simbologias para identificação dos professores e alunos. Diante disso, a entrevista de cada professor foi representada pela letra *P*, de modo que, conforme foi elencado determinado ponto de vista de um docente, o *P* acompanhou um número (1, 2, 3 etc.), respectivamente às entrevistas selecionadas. O mesmo ocorreu com as entrevistas dos alunos, em que *A* os representa, e o número diferencia um aluno de outro. Na sequência, elencou-se o colégio e, por fim, o nome do município a que pertence.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa foi desenvolvida em 8 escolas de 7 municípios da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense (Figura 1) que, de acordo com o IBGE (2015), é composta por vinte e cinco municípios e encontra-se subdividida em duas microrregiões, a de Campo Mourão e a de Goioerê.

Segundo o IPARDES (2017) (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), a Mesorregião Centro Ocidental Paranaense está localizada no Terceiro Planalto e abrange uma área de 1.191.893,6 hectares, que corresponde a cerca de 6% do território estadual. As principais divisões geográficas são, a leste, o rio Ivaí, e a oeste, o rio Piquiri.

A Mesorregião Centro Ocidental Paranaense apresenta uma população de 331.303 habitantes, que estão distribuídos em 11.8654 km². Em 2000, seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) tinha uma média acima do Estado: 0,787 (IPARDES, 2017).

Figura 1 – Localização da área de estudo

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice de caráter universal, utilizado para medir o desenvolvimento humano de regiões e países. Esse índice é utilizado desde 1990 para todos os países. No caso municipal, essa metodologia recebe o nome de IDHM (PNUD, 2010).

O IDHM tem por objetivo representar a complexidade de um município em termos de desenvolvimento humano que ele apresenta. Dessa forma, são considerados três componentes essenciais para a vida das pessoas, ou seja: *educação, longevidade e renda*, sendo que esses componentes são caracterizados por um conjunto de indicadores (PNUD, 2010). Atualmente, esses componentes ou pilares que constituem o IDH podem ser entendidos como

uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e iii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PNUD, 2010, p. 15).

Assim, entende-se que o IDHM de um determinado município interfere diretamente na qualidade educacional dos estudantes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, trazendo consequências futuras para a vida profissional. No caso do IDHM da mesorregião Centro Ocidental Paranaense, é possível verificar que a

[...] variação entre o patamar máximo e mínimo do IDH-M, na mesorregião, é bastante expressiva, agravada pela ausência de municípios em melhores posições. Além de Campo Mourão, na 75ª posição, apenas Engenheiro Beltrão se destaca ocupando a 115ª posição entre 399 municípios paranaenses. Os demais estão concentrados, em sua maioria, em posições bastante desfavoráveis (IPARDES, 2004, p. 14).

Na Tabela 1, apresenta-se o IDHM referente ao ano de 2010, das cidades de Campo Mourão, Peabiru, Juranda, Farol, Araruna, Barbosa Ferraz e Luiziana em relação ao cenário nacional. De acordo com os dados, é possível observar as disparidades existentes, como é o caso de Campo Mourão, que no ranking IDHM nacional, ocupa a 420ª, e Luiziana, a 2716ª posições do total de 5565 municípios existentes no território brasileiro.

Tabela 1 – Ranking do IDHM dos municípios da pesquisa

Ranking IDHM 2010	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
420º	Campo Mourão	0,757	0,749	0,841	0,689
1217º	Peabiru	0,723	0,727	0,826	0,629
1665º	Juranda	0,708	0,678	0,818	0,639
1454º	Farol	0,715	0,671	0,818	0,665
1776º	Araruna	0,704	0,685	0,785	0,648
2028º	Barbosa Ferraz	0,696	0,667	0,808	0,625
2716º	Luiziana	0,668	0,659	0,781	0,580

Fonte: Brasil (2013, *on-line*).

Outro índice que se deve levar em consideração é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que foi criado em 2007 para medir a qualidade do ensino brasileiro de cada escola e de cada rede de ensino (BRASIL, 2017).

Esse indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliação do INEP e em taxas de aprovação. Dessa forma, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça, é preciso que o aluno frequente a sala de aula perfazendo, no mínimo, 75% de presença, aprenda os conteúdos e não reprove. O IDEB é apresentado em uma escala de zero a dez, sendo esse índice medido a cada dois anos. O objetivo do Ministério da Educação é chegar a 6.0, semelhante aos países desenvolvidos. Os dados apresentados na Tabela 2 indicam o IDEB realizado entre os estudantes do 8º e 9º ano das cidades envolvidas na pesquisa.

Tabela 2 – IDEB dos municípios pesquisados

Município	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013	IDEB 2015	IDEB 2017
Araruna	4.4	3.8	3.9	3.2	3.8	5.3
Barbosa Ferraz	3.7	4.3	4.3	4.1	4.1	4.1
Farol	3.8	4.2	3.9	3.9	4.2	4.0
Luiziana	3.8	3.2	3.7	3.8	3.9	4.0
Campo Mourão	4.1	3.8	4.1	3.9	3.9	4.9
Peabiru	3.4	3.8	4.0	3.3	4.3	3.7
Juranda	3.9	4.1	4.2	4.0	4.0	4.2

Fonte: Brasil (2017, *on-line*).

Os dados apresentados referentes ao IDEB dos municípios em estudo são baixos, levando-se em consideração que algumas regiões apresentam um crescimento a nível educacional muito “tímido”, com exceção de Luiziana, que apresenta o pior índice entre os municípios estudados. Esses índices indicam situações e problemas relacionados ao processo ensino aprendizagem; formação de

professores; falta de política pública destinada às escolas inseridas em municípios de baixo IDHM; evasão e repetência; adequação da idade à série; falta de material didático e pedagógico e infraestruturas adequadas para professores e alunos, etc.

Todos esses indicadores apresentados repercutem no processo de escolha profissional, e é nesse sentido que a OP torna-se essencial no espaço escolar, principalmente em regiões que se encontram com baixo IDHM. Nesse caso, tornam-se importantes as diversas formas de intervenção possíveis. Dentre elas, destaca-se a parceria entre a Universidade e a Escola, pois esta tende a contribuir muito, tendo em vista que nem todas as instituições de Ensino Superior têm programas de OP. Algumas desenvolvem esses trabalhos quando financiados por órgãos de pesquisa, permanecendo, desse modo, limitados a poucas escolas.

Na sequência, serão apresentadas as análises das entrevistas dos professores e alunos que participaram desse projeto por meio da pesquisa-ação. As entrevistas foram transcritas literalmente, com a intenção de manter, de forma fidedigna, as falas dos alunos e professores.

Os resultados da pesquisa mostraram a realidade de OP no espaço da escola pública. Mas o que pensam professores, diretores, orientadores e alunos sobre a OP? O que as escolas têm desenvolvido em termos de OP? Essas questões, dentre outras, serão discutidas a seguir.

3.1. Orientação profissional: compreendendo a concepção de alunos e professores

Não raro, é notório que grande parte das Escolas não adota a OP como uma forma de nortear a escolha profissional de jovens em fase de conclusão do Ensino Médio. Isso decorre de vários fatores que vão desde a carência de profissionais especializados para esse fim até a falta de disponibilidade das instituições, por terem de cumprir outras atividades, consideradas, muitas vezes, como mais relevantes.

Foi possível verificar em todas as escolas escolhidas para desenvolvemos a prática, a ausência do trabalho destinado à OP. O que se pode notar nos relatos de alguns alunos foi que, se há alguém que contribui para a escolha profissional dentro da escola, são os professores, mesmo que de forma indireta. Tal como o A1 do Colégio Estadual Cultura Universal, do município de Farol, quando questionado se “A escola, ao longo do Ensino Médio, preparou você para uma escolha profissional? Sim? Não? Por quê?”, dentre outros elementos, afirmou que “*os professores sempre [...] tão influenciando; às vezes a gente vê o profissional ali na nossa frente e se imagina fazendo aquilo ou mesmo que não seja aquilo, mas eles tão sendo, assim, um exemplo de competência do que a gente, de como a gente tem que ser no futuro*”. Nesse sentido, o A2, do mesmo colégio, a partir da questão “Como a escola pode ajudar na escolha profissional?”, salientou que “*os professores são bons, sempre tão tentando dá uma noção pra nós de como deve ser nosso futuro, como nós devemos estudar para ter uma carreira melhor, para ter uma vida melhor*”.

Nesse contexto, Cabral, Carvalho e Ramos (2004) consideram que uma das funções da escola e do professor, como protagonista do processo de ensino e aprendizagem, é possibilitar a existência de relações mais afetivas e humanas que propiciem crescimento pessoal de ambos. Nessa direção,

Oliveira e cols. (2003) apontam a necessidade que jovens no final do ensino médio tenham mais orientação, discussão e reflexão acerca do futuro. Tal função poderia ser exercida pelos professores durante o processo de ensino dos conteúdos curriculares, desde que houvesse adequada preparação para tal. Mouta e Nascimento (2008) discutem a importância do papel do professor na formação dos alunos, ressaltando a necessidade de preparar professores para atuarem como orientadores vocacionais, explicitando a riqueza e o potencial transformador de um trabalho dessa natureza (AGUIAR; CONCEIÇÃO, 2009, p. 107).

Em contraposição a essas afirmativas, o A3 do Colégio Estadual João Maffei Rosa, de Juranda, em relação à primeira questão apresentada anteriormente, enfatizou que, “*Na verdade, eu não tive muita, como que eu posso dizer? Muita motivação pelo o que eu quero, [...] às vezes eu falava que queria ser professora. Eles falavam que não, que é pouco o salário, não sei o quê*”. Assim como o A4 do Colégio Estadual Doutor Osvaldo Cruz, de Campo Mourão, que declarou que a escola “*não prepara totalmente, então eu acho que a escola tem que buscar mais recursos*”.

Em um contexto de desvalorização da profissão docente, deparou-se com um quadro de desmotivação por parte dos próprios professores, das escolas investigadas, em incentivar os estudantes do Ensino Médio a não ingressarem em cursos de licenciaturas. Corroborando com essa ideia, Santos (2015, p. 351) ao assinalar que “*baixos salários impedem o desenvolvimento do profissional e o obriga a duplas jornadas ou empregos, dificulta o acesso às novas tecnologias de educação e para a educação, desqualifica a profissão precarizando o profissional [...]*”.

Apesar da obtenção das respostas insatisfeitas quanto à participação da escola, ao longo do Ensino Médio, no auxílio à escolha profissional, grande parte dos alunos pontua que ela contribuiu, pois é um dos espaços destinado para esse fim. No entanto, foi notado certa contradição ao afirmarem não se sentirem preparados para realizar essa escolha e que não possuem a base para fazê-la, sendo que esse apoio deveria partir do espaço escolar. Em vista disso,

A preocupação norteadora do estudo é que os jovens que residem em municípios periféricos podem não construir perspectivas em relação ao futuro profissional e, portanto, estarão sujeitos, passivamente, às únicas ocupações disponíveis, em geral, longe da rota do Ensino Superior, contribuindo para o quadro de esvaziamento populacional, subordinação territorial, dependência econômica e indicadores sociais críticos dos municípios em que residem (BOVO *et al.* 2017, p. 47).

Também observou-se normalmente, não há iniciativas do aluno. A maioria deles não busca, e tampouco é estimulada a pesquisar acerca da OP. Apesar disso, em todas as escolas que desenvolvemos a pesquisa, constatou-se que os alunos têm acesso à internet, sendo que a maior parte do tempo livre é ocupada em computadores e celulares. Mas, isso não significa que tais ferramentas sejam utilizadas para a pesquisa de informação sobre a OP. Conforme Lévy (1996, p. 238).

[...] não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço.

Como “*estar em condições*” se não há preparação ou apoio aos alunos, nem aos professores, que também necessitam de ajuda? No dizer do P1, do Colégio Estadual Aducto da Silva Rocha, do município de Luiziana, em resposta sobre a importância da parceria Escola Pública e Universidade Pública, é possível vermos essa necessidade: “*eu acho que tem que ter essas parcerias, não só com os alunos; a Universidade Pública, ela tem que ter parceria com a escola para também oferecer capacitação para os professores, no caso, para o corpo docente*”.

Dessa forma, para que a prática de OP ocorra de maneira efetiva, é imprescindível que haja o diálogo entre aluno, professor e demais agentes que integram o ambiente escolar, considerando o coletivo, e tendo em vista que todos os que fazem parte da escola, isto é, alunos, pais, equipe pedagógica, professores e colaboradores estão envolvidos com esse ambiente (LIMA, 2007), de modo a abranger a totalidade do conhecimento. Essa ideia pode ser confirmada na fala do P2 do Colégio Estadual Princesa Isabel, do município de Araruna, que ressaltou que, “*nós devemos pensar o conhecimento como o todo; não dá pra você isolar, e quando você tem a questão da Universidade, é buscar desde o Ensino Médio envolver esses alunos, para o conhecer, para despertar neles o interesse*”.

A grande maioria dos alunos sente ausência de um momento destinado a essa prática. Para o A5 do Colégio Estadual Aducto Silva Rocha, de Luiziana, o que falta “*é diálogo quanto ao mercado de trabalho e à escolha profissional; falta bastante, falta um diálogo sobre isso [...] o conteúdo da escola não aborda tanto esse tema*”, quando indagado se a escola contribuiu, ao longo do Ensino Médio, para a escolha profissional.

Muitos alunos, além do mais, constataram que o pouco trabalho que é realizado pelas escolas no sentido de contribuir para a escolha profissional é muito tardio, ponderando que isso já deveria iniciar nas primeiras séries do Ensino Médio, e não deixar apenas para o terceiro ano. Assim, sobre a mesma questão supracitada, de acordo como o A6 do Colégio Estadual Doutor Osvaldo Cruz, de Campo Mourão, “*só agora, no terceiro ano, é que, no fim do ano, preparou bem, né, mas eu acho que isso deveria ser desde o começo do Ensino Médio*”.

Da mesma forma, o A7 do Colégio Estadual Machado de Assis de Barbosa Ferraz, que pertence ao município de Barbosa Ferraz, afirmou que “*se os professores falasse mais sobre, sobre as profissões, eu acho que seria bom, e não só quando a gente tivesse no terceiro ano, desde quando já entrasse no Ensino Médio, [...] primeiro, segundo ano, já começasse a explicar melhor, porque a gente já tá no terceiro ano então já tá no final, então, já é muito em cima da hora*”.

O A8 do Colégio Estadual João Maffei Rosa, de Juranda, também pensa dessa maneira, ao destacar que trabalhos de OP deveriam iniciar “*mais pro começo do ano, assim, porque mais pro final [...] as pessoas já não tão muito [...] prestando atenção, eles já tão com uma coisa na cabeça, a ideia da faculdade, mas deveria ser mais pro começo do ano, igual eu que tive muita dúvida, daí acho que iria ajudar mais*”.

A saber, para os professores que lecionam nas últimas séries do Ensino Médio, não há orientações de como abordar a OP, em um momento tão confuso e complicado para os adolescentes, que é o de determinar, mesmo que momentaneamente, a profissão que pretendem seguir. É por esse motivo que muitos dos professores-diretores que foram entrevistados sentem a necessidade da parceria entre Universidade e Escola Pública. Para o P2 do Colégio Estadual Princesa Isabel, do município de Araruna, é preciso “*trazer a universidade, acho que na questão de aporte, de dar um apoio aí pra gente, na questão de identificar possibilidades de trabalho com nossos alunos é de suma importância*”. Assim como o P3 do Colégio Estadual Machado de Assis, de Barbosa Ferraz, quando afirmou ser essa pareceria “*importantíssima, pois nós lutamos, sempre lutamos, né? por um país melhor e uma educação de qualidade, e isso só vai ser possível se a gente tiver junto, se não, não é possível, tá? Então é importantíssimo*”.

Nesse mesmo viés, para o P4 do Colégio Estadual João Maffei Rosa, que pertence ao município de Juranda, “*falta essa parceria, porque assim, como a escola pública é uma extensão [...] da faculdade pública também, nada melhor que fechar, né? o que, o que o aluno lá [...] na base, ele precisa, [...] qual subsídio ele precisa pra ter essas informações*”.

No caso dessa pergunta, todas as respostas foram em defesa de tal parceria, demonstrando, inclusive, que os professores têm muito a aprender com projetos voltados à OP na escola, como este oriundo da presente pesquisa, uma vez que, falta formação adequada aos docentes voltadas para o desenvolvimento dessas ações. Portanto, no dizer do P5 do Colégio Estadual Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, de Campo Mourão, essa parceria “*é importantíssima, principalmente da questão da Universidade Pública se relacionando com a escola pública, porque hoje nós temos aí um, vários professores que, com seus conhecimentos, assim, através dos seus estudos de mestrado, de doutorado, pode aí, é, contribuir, compartilhar um conhecimento que possa a gente aplicar dentro da escola pública*”.

O P6 do Colégio Estadual João Maffei Rosa, do município de Juranda, apontou algo que não foi abordado pelos demais professores: “*a gente tem que ter sempre essa parceria, porque nossos alunos, a maioria deles, necessita de uma universidade pública, não tem condições, eles estão numa escola pública porque eles necessitam, né? e ajuda também [...] pra eles ter mais conhecimento na escola, [...] eu penso assim, de repente a universidade abrir mais vagas para pessoas carentes que*

tenham dificuldades”. E os alunos pesquisados creem na educação como propulsora para um emprego e vida melhor, tal como o A4 do Colégio Estadual Doutor Osvaldo Cruz, de Campo Mourão, que sintetizou o que muitos alunos pensam, quando falou um pouco a respeito de suas metas e objetivos pessoais e profissionais: *“bom, que nem, como todos querem, né? ou pretendem, eu quero me formar [...] e, me dar bem, ser um profissional de sucesso”*. Todavia, quando a escola não atinge a intenção de proporcionar um emprego melhor a todos os educandos, não significa que a educação é a culpada pelos inúmeros problemas sociais enfrentados em nosso país.

Portanto, é preciso considerar que, mesmo que o trabalho de OP seja desenvolvido, nem sempre é possível garantir que o jovem tenha convicção do que quer, seja a curto ou a longo prazo. Isto é, observamos que muitos alunos ainda sentem-se perdidos, almejam realizar um curso superior ou ingressar no mundo do trabalho, porém se confundem ao relatar o que realmente pretendem. Isso ficou evidente, por exemplo, na fala do A9 do Colégio Estadual Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, de Campo Mourão, que, quando indagado se *“O projeto sobre Orientação Profissional contribuiu para escolha de alguma profissão? Qual? Por quê?”*, respondeu: *“eu acho [...] me deu mais informação, no caso, porque eu já sabia [...] mais ou menos o que eu quero fazer. Eu vou fazer Tecnologia em Cooperativismo e depois vou fazer Economia. Por causa que eu queria fazer é, [...] eu to pensando, eu tava pensando no banco, que eu quero fazer concurso, por causa disso, que envolve bastante a Economia ou Ciências Contábeis, ou no, também no caso, eu queria ser Polícia Federal, aí eu queria fazer Engenharia, mas é 5 anos, daí eu não quero, não vai dar pra mim fazer”*.

Diante do exposto, verificamos que, de fato, o corpo docente e discente dos colégios em que a pesquisa foi realizada, necessita da realização de ações de OP e que, apenas com o desenvolvimento de nossa pesquisa, que teve curta duração, já foi possível visualizarmos algumas mudanças no sentido de apresentar o que a universidade pode ofertar a muitos alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta pesquisa, realizada por meio do projeto aplicado, e a partir dos pressupostos apresentados, consideramos que há necessidade de desenvolver trabalhos de OP nas escolas públicas, principalmente as que estão inseridas em municípios que apresentam baixo IDH, tendo em vista que são frequentadas por alunos que mais carecem de norteamentos para a escolha profissional.

De tal modo, houve a percepção de que os estudantes ainda têm muitas dúvidas e acreditam que a escola pode ajudá-los na OP, proporcionando informações acerca do mercado de trabalho, das profissões, das áreas de conhecimento e dos cursos superiores, diminuindo, assim, suas incertezas e angústias nesse difícil momento.

Da mesma forma, as perspectivas docentes voltaram-se para a ausência de trabalhos realizados no Ensino Médio, a fim de conduzir os alunos na escolha da profissão, sendo que alguns chegaram a afirmar que nunca tinham recebido práticas como as que foram aplicadas em seu colégio.

Reconhece-se que realizar ações para o desenvolvimento da OP em escolas públicas de municípios com baixo IDH não é fácil e demanda organização e preparo. Geralmente, toda a comunidade escolar sente a falta do auxílio aos jovens com relação à escolha profissional, todavia, não os realizam, pois dependem de inúmeros fatores que impossibilitam sua aplicação, como cumprir o currículo, bem como dar conta de abordar todos os conteúdos escolares no decorrer do ano.

No entanto isso não é uma questão impossível de se resolver ou, ao menos, ser minimizada, haja vista que a exposição dos diversos campos do conhecimento pode ser aplicada pelos próprios professores em relação à sua área ou às correlacionadas, não sendo necessário um tempo reservado para a OP, desde que ela seja desenvolvida e traga benefícios aos alunos que necessitam desse subsídio.

Por fim, considera-se que a aplicação do projeto contribuiu para a reflexão do processo de escolha profissional no espaço escolar, por ter beneficiado alunos e professores. Dessa maneira, a parceria entre Universidade e Escola é uma das possibilidades para o desenvolvimento da OP.

Portanto, isso foi comprovado nas próprias concepções dos professores, quando alegaram a falta dessa parceria. Ademais, é preciso buscar caminhos para que possa alcançar o preparo adequado aos adolescentes a partir de trabalhos que sejam bem organizados e tenham objetivos claros, pois práticas como essas serão, sem dúvidas, de grande valia para a Educação Básica, principalmente quando destinadas ao Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. H. R.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Expectativas de futuro e escolha vocacional em estudantes na transição para o ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 10, n. 2, p. 105-115, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v10n2/v10n2a11.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BOVO, M. C.; FRANÇA, F. F.; LOCH, S., A.; SILVA, J. D. da. Perspectiva da orientação profissional de jovens em municípios periféricos, PR, Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/26329>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: atlasbrasil.org.br/2013. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **IDEB** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

CABRAL, F. M. S.; CARVALHO, M. A. V.; RAMOS, R. M. Dificuldades no relacionamento professor/aluno: um desafio a superar. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, n. 29, p. 327-335, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2004000300008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 27 set. 2020.

CARITA, A.; DINIZ, T. A integração da problemática vocacional no currículo. **Noesis**, Lisboa, v. 35, p. 34-38, 1995.

COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer a pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA (IBGE). **Bases e Referências. Bases Cartográficas. Malhas Digitais. Municípios**. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 13 jun. 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Leituras Regionais: mesorregiões geográficas paranaenses**. Curitiba, 2004. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic. Acesso em: 19 fev. 2020.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, M. T. **Orientação profissional**: princípios teóricos, práticas e textos para psicólogos e orientadores. São Paulo: Vetor, 2007.

LYRA, G. F. D.; ASSIS, S. G. de; NJAINE, K.; OLIVEIRA, R. de V. C.; PIRES, T. de O. A relação entre professores com sofrimento psíquico e crianças escolares com problemas de comportamento. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a12v14n2.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MELO-SILVA, L. ; BONFIM, T. A; ESBROGEO, M. C.; SOARES D. L. P. Um estudo preliminar sobre práticas em orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 4. p. 21-34, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100004. Acesso em: 19 fev. 2020.

ORSO, P. J.; MATTOS, V. M. (Org.). **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Valores e Desenvolvimento Humano, 2010**. Brasília: 2010. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/pessoas/valores-e-desenvolvimento-humano.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

RIBEIRO, M. A. Breve histórico dos primórdios da orientação profissional. *In*: RIBEIRO, M. A.; MELO-SILVA, L. L. (Org.). **Compêndio de orientação profissional e de carreira**: perspectivas históricas e enfoques teóricos clássicos e modernos. São Paulo: Vetor, 2011. v. 1.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, W. A. Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor. **Sapere Aude**, v. 6, n. 11, p. 349-358, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/9764/pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Editora Autores e Associados, 1997.

SOARES, D. H. P. (Org.). **A escolha profissional**: do jovem ao adulto. São Paulo: Sumus, 2002.

SPACCAQUERCHE, M. E.; FONIN, I. Princípios e posturas em OP. *In*: SPACCAQUERCHE, M. E.; FORTIM, I. (Org.). **Orientação profissional**: passo a passo. São Paulo: Paulus, 2009.

SPARTA, M. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 4, p. 1-11, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100002. Acesso em: 19 fev. 2020.

SPARTA, M.; BARDAGI, M. P.; TEIXEIRA, M A P. Modelos e instrumentos de avaliação em orientação profissional: perspectiva histórica e situação no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 7, p. 19-32, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902006000200004. Acesso em: 19 fev. 2020.

THIOLLENT, M. J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TUNES, E; TACCA, M. C. V. R; BARTOLO JUNIOR, R. S. O professor e o ato de ensinar. **Cadernos de Pesquisas**, v. 35, n. 126, p. 689-698, set./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000300008. Acesso em: 19 fev. 2020.

Data de submissão: 26.02.2018

Data de aceite: 22.04.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.